



SUMÁRIO

13379 - CONHECER PARA PRESERVAR: O ESTUDANTE PROTAGONISTA DA SUA HISTÓRIA POR MEIO DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.

Milla Lúcia Ferreira Guimarães¹, Dourival Giassi¹, Andréia Cittadin¹, Manoel Vilsonei Menegali¹, Leopoldo Pedro Guimarães Filho², Eduardo Tramontin Castanha³, Januário José Monteiro³

13441 - PERÍCIA CONTÁBIL: OS MEIOS DE PROVA E SUA INFLUÊNCIA NA DECISÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS TRABALHISTAS DA COMARCA DE CRICIÚMA/SC

Cláudia Neubert Savóis¹, Leonel Luiz Pereira²



Trabalho Completo de Relato de Ensino

13379 - CONHECER PARA PRESERVAR: O ESTUDANTE PROTAGONISTA DA SUA HISTÓRIA POR MEIO DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.

Milla Lúcia Ferreira Guimarães¹, Dourival Giassi¹, Andréia Cittadin¹; Manoel Vilsonei Menegali¹; Leopoldo Pedro Guimarães Filho²; Eduardo Tramontin Castanha³, Januário José Monteiro³

¹Professor (a) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Contábeis (NECON)

²Professor da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos em Engenharia de Produção (NEEP)

³Graduando de Ciências Contábeis da UNESC. Bolsista PIBIC. Membros do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Contábeis (NECON)

Resumo: O objetivo deste artigo consiste em refletir sobre a metodologia e as práticas desenvolvidas para o ensino-aprendizagem do conteúdo programático Responsabilidade Social Corporativa na disciplina Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social, do Curso de Ciências Contábeis da UNESC. A temática foi escolhida para compor a Atividade Prática Específica e seus resultados foram apresentados à comunidade acadêmica na Exposição Conhecer para Preservar na Semana do Meio Ambiente. A técnica de ensino Aprendizagem Baseada em Problemas foi utilizada para abordar dois assuntos: o mosquito transmissor da dengue, zyka e chicungunya e os impactos ambientais causados pelo acidente na mineradora em Minas Gerais. A pesquisa se caracteriza como descritiva quanto aos objetivos, *survey* quanto aos procedimentos, e de abordagem quali-quantitativa quanto ao problema. A pesquisa foi realizada com 50 estudantes partícipes da exposição. A avaliação das atividades foi positiva. Na preparação para a Exposição o item mais apontado pelos estudantes foi a promoção do conhecimento de forma contextualizada (40,82%). Sobre a Exposição mencionaram o fornecimento de Informações sobre a dengue, zyka e chicungunya (51,02%) e a identificação de medidas tomadas pelos órgãos governamentais em relação ao impacto ambiental causado pela mineradora (48%). Em relação ao perfil desejado aos egressos as alternativas assinaladas foram: apresentar, transferir, receber e analisar informações e agir com ética e responsabilidade social com pleno exercício profissional e de cidadania (42% cada). Pode-se afirmar que o objetivo da atividade foi alcançado, não só, por conta do retorno dos estudantes, mas também, pelo sentimento dos professores.

Palavras-chave: Ciências Contábeis, Contabilidade Ambiental, Metodologia ativa, Inovação, Ensino-Aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

As questões ambientais adentraram a agenda de discussões das instituições de ensino, reverberando novos conceitos, aprendizados e atitudes, especialmente no ensino superior.



A Contabilidade Ambiental, na medida em que se tornou uma Ciência essencial para o gerenciamento e manutenção das empresas contemporâneas, oferece ao Contador novas oportunidades de exercer a profissão mobilizando seus conhecimentos, habilidades e atitudes em prol de uma sociedade justa, livre e humana. Estudar a área é apaixonante, mas também, muito técnico.

As Universidades verberando as exigências da sociedade contemporânea assumem uma postura que transcende o ensino tradicional na medida em que firma seu compromisso social com as comunidades e extrapola seus muros aliando a pesquisa e a extensão. Nesse movimento acaba por oportunizar a construção, produção e socialização do conhecimento vivenciado no ambiente universitário concretizando-o por meio da prática extensionista.

Neste cenário encontra-se na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), o Curso de Ciências Contábeis, que tem declarado em sua missão “formar profissionais competentes, com visão empreendedora e globalizada, comprometidos com o desenvolvimento econômico, social e ambiental” (UNESC, 2016, p. 12). Para tanto, dispõe de uma estrutura curricular inovadora, desvinculada da rigidez hierárquica de disciplinas e pré-requisitos, a qual privilegia o processo ensino-aprendizagem, considerando o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e a função educacional e social vislumbrada pela Universidade.

A matriz curricular apresenta conteúdos em conformidade com os objetivos do Curso e com a proposta de perfil profissional do egresso, que é embasado conhecimentos, habilidades e atitudes, ofertando disciplinas de formação básica, profissional e teórico-práticas, atividades e práticas pedagógicas integradoras.

O objetivo geral deste artigo consiste em refletir sobre a metodologia e as práticas desenvolvidas na realização da Atividade Prática Específica (APE), inerente à disciplina de Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social, do Curso de Ciências Contábeis ocorrida no primeiro semestre de 2016. Para tanto, tem-se por objetivos específicos: i) apresentar a metodologia utilizada na APE e a sua relação com o perfil desejado para o egresso do referido Curso; e, ii) levantar, por meio de questionário, a percepção dos estudantes acerca do aprendizado e desenvolvimento de competências após a realização da APE e da Exposição Conhecer para Preservar.



Neste contexto o estudo se justifica tendo em vista a carência de produção científica sobre Educação Ambiental no ensino superior, especialmente nos cursos de Ciências Contábeis, como subsídio para a reflexão do processo ensino-aprendizagem voltado para o protagonismo do estudante, envolvendo a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão neste contexto.

Este trabalho está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda seção trata da fundamentação teórica que abrange aspectos relacionados ao Curso de Ciências Contábeis da UNESC e a disciplina Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social. A terceira seção descreve a metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa, na quarta analisa-se a percepção dos estudantes em relação à APE, a Exposição Conhecer para Preservar. Por fim, a quinta seção é dedicada às considerações finais.

2 O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E A DISCIPLINA DE CONTABILIDADE, MEIO AMBIENTE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

A disciplina de Contabilidade, Meio ambiente e Responsabilidade Social foi inserida na matriz curricular do Curso de Ciências Contábeis no ano de 2004, mesmo ano da promulgação da Resolução CNE/CES n. 10/2004 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis.

O Curso de Ciências Contábeis da UNESC, de acordo com Cittadin, Guimarães e Giassi (2015) foi pioneiro na inserção de disciplina voltada para questões ambientais em sua matriz curricular. Fato que vem ao encontro do prescrito nas Diretrizes Curriculares Nacionais, na missão da Universidade e no Projeto Pedagógico do referido Curso.

A disciplina tem por objetivo desenvolver a percepção da inter-relação entre Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social, na perspectiva de acompanhar contextos de desafios e mudanças sociais. Seus conteúdos oportunizam aos estudantes a: a) compreender, por meio do resgate histórico, o surgimento do impacto ambiental e da consciência ambiental; b) conhecer os principais acidentes ambientais empresariais, discutir e ilustrar seus impactos na sociedade; c) conhecer e identificar os modelos de Balanço Social existentes; d) elaborar, calcular, interpretar e analisar a Demonstração do Valor Adicionado (DVA); e) identificar os motivos da divulgação das demonstrações



contábeis ambientais em prol do exercício da cidadania, mediante o cenário atual da sociedade; f) conhecer os passos para a realização da gestão ambiental, tendo em vista a sustentabilidade empresarial e, relacioná-la aos aspectos de desenvolvimento econômico X desenvolvimento sustentável; e, f) contabilizar alguns lançamentos envolvendo contas ambientais.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Ciências Contábeis estabelecem que a organização curricular contemple atividades complementares. De acordo com o artigo 8º da Resolução CNE/CES n. 10/2004:

As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e Competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade (BRASIL, 2004).

Para atender a Resolução o Curso inseriu em sua matriz curricular as Atividades Práticas Específicas (APEs) especialmente nas disciplinas que abordam conteúdos de formação profissional. As APEs visam consolidar e complementar os conteúdos das disciplinas curriculares, que contemplem esta prática pedagógica em suas ementas, objetivando agregar novos conhecimentos advindos fora do ambiente da sala de aula.

As APEs possuem caráter de obrigatoriedade e carga horária total de 120 horas, distribuídas durante o transcorrer da matriz curricular. Sua realização é regulamentada pela Resolução n. 14/2011 da Câmara de Ensino de Graduação e Resolução n. 26/2012 do Colegiado da UNACSA, que estabelece os procedimentos de execução e comprovação, entre outros itens.

Esse processo ocorre por meio de atividades realizadas extraclasse, concomitantes ao desenvolvimento de disciplinas curriculares previamente selecionadas para este fim tais como: a realização de pesquisa observacional (filmagem, fotografia, acompanhamento *in loco*, etc.); descrição de fluxograma (de atividades, processo, etc.); entrevistas; questionários; pesquisa documental (em sítios eletrônicos e documentos de organizações) (UNESC, 2016).

Para cada disciplina selecionada tem-se a exigência da realização de 4 horas extraclasse para o desenvolvimento dessas atividades.



A disciplina Contabilidade, Meio ambiente e Responsabilidade Social foi selecionada para o desenvolvimento da APE. Os trabalhos realizados na APE desde 2014 tiveram por resultado uma exposição batizada de “Conhecer para Preservar”.

No segundo semestre de 2014, a Exposição foi realizada no Teatro Elias Angeloni durante a palestra de abertura da Semana Acadêmica de Ciências Contábeis. Os estudantes expuseram fotos de ambiente natural, ambiente degradado e antropizado <http://www.unesc.net/portal/blog/ver/213/27934>.

No primeiro semestre de 2015 a temática abordada na exposição envolveu filmes, pôsteres e maquetes sobre a crise hídrica, crise energética e descarte de resíduos, cabe salientar que o evento fez parte da programação da X Semana do Meio ambiente e Valores Humanos da UNESCO (<http://www.unesc.net/portal/capa/index/511/8445/>).

No segundo semestre de 2015 a temática abordada na exposição foi Empreendedorismo Social. Além da exposição de pôster sobre o assunto foi realizado uma mesa redonda com 14 empreendedores sociais da região, tais como: Cruz Vermelha, Casa Guido, SOS Vira Lata, ONG Raça, Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Nova Veneza, Casa Lar Irmã Carmem, Associação Empresarial de Araranguá e do Extremo Sul Catarinense (<http://www.unesc.net/portal/blog/ver/213/32712>).

No primeiro semestre de 2016 a proposta abordou a sensibilização para questões relativas à Responsabilidade Social Corporativa (RSC) no que diz respeito a dois assuntos de grande destaque nas mídias pela sua importância e gravidade: a) o controle do mosquito vetor da dengue, zika e chicungunya; e, b) o impacto ambiental causado pela mineradora em Mariana, Minas Gerais (<http://www.unesc.net/portal/blog/ver/46/34760>).

O método de ensino escolhido para abordar o conteúdo foi o *Problem-Based-Learning* (PBL). A proposta de metodologia ativa de aprendizagem baseada em problema, segundo Soares; Araújo e Leal (2012) possibilita ao professor refletir sobre sua práxis e qualificar sua atuação e ao estudante o método oportuniza a curiosidade, a busca, a pesquisa, tornando-o capaz de aprender a aprender desenvolvendo sua autonomia, criticidade e uma aprendizagem duradoura em seu significado.

A RSC de que trata a proposta está associada ao reconhecimento de que as decisões e os resultados das atividades das empresas alcançam um universo de agentes sociais muito mais amplo do que o composto por seus sócios e acionistas. Assim, a RSC, enfatiza o impacto das atividades das organizações para os agentes com os quais



interagem: *stakeholders* (empregados, fornecedores, clientes, consumidores, colaboradores, investidores, competidores, governos e comunidades). Este conceito perpassa os compromissos intrínsecos das empresas, tais como o cumprimento de obrigações trabalhistas, tributárias e sociais, da legislação ambiental, ou seja, adotar e difundir valores e procedimentos que estimule o aperfeiçoamento dos processos empresariais, com vista a melhorar a qualidade de vida das sociedades, do ponto de vista ético, social e ambiental (TINOCO; KRAEMER, 2011).

2.1 O DESENROLAR DA EXPOSIÇÃO CONHECER PARA PRESERVAR

O projeto **Conhecer para Preservar: O estudante protagonista da sua história por meio do ensino, pesquisa e extensão** teve como objetivo geral promover ações socioeducativas que oportunizassem mudanças comportamentais da comunidade acadêmica, especialmente ao Curso de Ciências Contábeis, frente à responsabilidade social corporativa. Para tanto elencou-se como objetivos específicos os seguintes:

- a) fornecer informações sobre a dengue, zyka e chicungunya à comunidade acadêmica;
- b) identificar políticas governamentais e práticas organizacionais para controle da dengue, zyka e chicungunya;
- c) desenvolver ação de mobilização socioeducativa para o controle do mosquito vetor da dengue, zyka e chicungunya;
- d) identificar falhas humanas e as consequências do acidente ambiental causado pela mineradora em Mariana/MG;
- e) identificar medidas tomadas pelos órgãos governamentais em relação ao impacto ambiental causado por uma mineradora em Mariana/MG;
- f) desenvolver ação de mobilização socioeducativa baseada no problema ambiental causado por uma mineradora em Mariana/MG.

A proposta se iniciou com a apresentação do problema, relacionado a RSC no que diz respeito ao mosquito transmissor da dengue, zyka e chicungunya e os impactos causados pela mineradora em Minas Gerais no meio ambiente, envolvendo conceitos não trabalhados anteriormente, na qual os alunos, em grupos, tentaram definir e solucionar com o conhecimento tácito que dispunham.



Embasado nos achados de Soares, Araújo e Leal (2012), após a apresentação da situação problema e a discussão inicial dos alunos, foram desenvolvidas as seguintes etapas:

- a) esclarecimento dos termos difíceis ou desconhecidos;
- b) discussão sobre os problemas propostos;
- c) levantamento e priorização de hipóteses;
- d) definição das responsabilidades de cada membro da equipe; os prazos e fontes de pesquisa;
- e) identificação de iniciativas de combate ao mosquito da dengue, zyka e chicungunya;
- f) identificação de medidas preventivas para impacto ambiental;
- g) apresentação em forma de pôster o resultado das pesquisas para a comunidade acadêmica;
- h) avaliação do processo.

As etapas de “a” até “d”, ocorreram em sala de aula e laboratórios de informática, ao passo que as etapas “e” e “f” foram desenvolvidas como APE para a disciplina, fora do grupo e do espaço de sala de aula formal. A etapa “g” se deu na realização da Exposição Conhecer para Preservar na qual os estudantes apresentaram o resultado das pesquisas durante a Semana do Meio Ambiente e Valores Humanos da UNESC. A última etapa “h” foi realizada, no semestre seguinte a Exposição, junto aos estudantes partícipes, por meio dos bolsistas do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Contábeis (NECON).

Os resultados esperado com o desenvolvimento desta proposta, a qual foi submetida e aprovada para o Edital de Inovação Pedagógica n. 257/2016/PROGRAD consistiu em: a) aumentar o senso de responsabilidade do estudante em pesquisar e aprender por conta própria; b) estimular a leitura, pesquisa e reflexão crítica sobre as temáticas abordadas; c) motivar a investigação e a resolução de problemas; d) desenvolver a habilidade de trabalhar em grupo; e) oportunizar o trabalho interdisciplinaridade; f) promover o conhecimento do tema de forma contextualizada; g) socializar os resultados das pesquisas e das experiências vivenciadas com a comunidade acadêmica. Além de oportunizar o alcance do perfil do egresso prescrito no Projeto Pedagógico do Curso (UNESC, 2016), especialmente no que diz respeito:

- Saber apresentar, transferir, receber e analisar informações;



- Saber expor e defender ponto de vista técnico-científico, sob forma verbal, escrita ou visual;
- Ter capacidade de enfrentar desafios;
- Ser criativo no sentido de apresentar soluções alternativas;
- Relacionar-se com outros grupos, profissionais ou não;
- Exercer liderança;
- Saber ordenar e delegar tarefas em equipes multidisciplinares;
- Agir com ética e responsabilidade social e assumir papel de agente transformador com pleno exercício profissional e de cidadania.

O acompanhamento dos trabalhos aconteceu em três momentos distintos, 1º) Na aula de apresentação do problema – trabalhando a formulação de conceitos sobre a temática, com o conhecimento tácito que os alunos dispunham; 2º) No retorno dos achados da pesquisa a qual buscou identificar nas organizações a existência de iniciativas de combate ao mosquito da dengue, zyka e chicungunya; e, de medidas preventivas para impacto ambiental pela mineradora em Minas Gerais; 3º) Na confecção dos pôsteres para compor a Exposição Conhecer para Preservar. A avaliação da atividade foi registrada no diário com a seguinte composição: Atividade Prática Específica (peso 5,00) e a Exposição de pôsteres (peso 5,00).

Com o valor recebido por conta da aprovação do projeto no Edital de Inovação Pedagógica foi adquirido um *Tablet* com intuito de registrar as etapas de elaboração dos trabalhos e a Exposição Conhecer para Preservar e socializar as atividades nas mídias sociais.

3 METODOLOGIA

Em relação aos objetivos, este estudo caracteriza-se como descritivo, pois Andrade (2002) destaca que a pesquisa descritiva se preocupa em observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os fatos sem a interferência do pesquisador. Desta forma este estudo descreve as etapas de uma metodologia inovadora para o ensino de um dos conteúdos programáticos da disciplina de Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social, que concorreu ao Edital de Inovação Pedagógica n. 257/2016/PROGRAD.



Quanto aos procedimentos, a pesquisa classifica-se como Levantamento ou Survey, pois segundo Gil (1999, p. 70) as pesquisas deste tipo se “caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Nesta pesquisa buscou-se levantar a percepção dos estudantes acerca do aprendizado e desenvolvimento de competências após a realização da APE. Para tanto utilizou-se um questionário, utilizando o escalonamento tipo *Likert*, escolhendo uma opção dentre as cinco apresentadas indicando o quanto concordavam sobre a contribuição das atividades realizadas durante o desenvolvimento da APE, da Exposição Conhecer para Preservar e o alcance do perfil desejado ao aluno egresso do Curso disposto no PPC.

O questionário foi aplicado por dois bolsistas do NECON, no segundo semestre de 2016, junto aos estudantes que cursaram a disciplina Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social no primeiro semestre do mesmo ano. O instrumento contemplou quatro blocos de questões, a saber: 1º) Perfil dos estudantes; 2º) Percepção sobre a preparação para a Exposição Conhecer para Preservar; 3º) Percepção sobre a Exposição Conhecer para Preservar; e, 4º) As atividades realizadas em relação ao alcance do perfil desejado ao aluno egresso do Curso.

No que se refere a análise dos dados, utiliza-se abordagem quali-quantitativa. Os estudos que empregam análise qualitativa visam “destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo” (BEUREN, 2006, p. 92). Na pesquisa quantitativa utilizam-se de instrumentos estatísticos para a coleta e análise dos dados (BEUREN, 2006). Nesta pesquisa foram utilizados de instrumentos estatísticos para averiguar o alcance dos objetivos propostos com a APE, bem como a reflexão da práxis docente.

4 RESULTADOS ALCANÇADOS

No Curso de Ciências Contábeis da UNESC, com intuito de abordar na disciplina Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social o conteúdo Responsabilidade Social Corporativa (RSC) foi proposto aos estudantes da quarta fase a realização de uma Atividade Prática Específica (APE) pautada em uma metodologia com aprendizagem centrada no estudante na qual se utilizou de problemas reais para orientar, tratar conceitos, sanar dúvidas em relação ao projeto e as tarefas a serem cumpridas. O método de ensino escolhido foi o *Problem-Based-Learning* (PBL).

Os dados foram extraídos de um questionário contendo perguntas fechadas, aplicado aos 50 estudantes da disciplina. Dos pesquisados todos cursavam Ciências Contábeis sendo que 26 estudantes eram do gênero masculino (52%) e 24 do gênero feminino (48%).

No questionário foi solicitado aos estudantes que externassem suas reações, utilizando o escalonamento tipo *Likert*, escolhendo uma opção dentre cinco apresentadas, indicando o quanto concordavam sobre a contribuição dos trabalhos desenvolvidos, conforme segue: 1 para não contribuiu; 2 para pouco contribuiu, 3 para contribuiu mais ou menos; 4 para contribuiu; e, 5 para contribuiu muito.

4.1 A pesquisa preparatória para a exposição conhecer para preservar

As assertivas que envolveram este bloco de questões contemplaram os seguintes questionamentos: Aumentou em você o senso de responsabilidade em pesquisar e aprender por conta própria?; Estimulou em você a leitura, pesquisa e reflexão crítica sobre as temáticas abordadas?; Motivou você a investigar e resolver problemas; desenvolver a habilidade de trabalhar em grupo?; Oportunizou o trabalho interdisciplinar?; e, Promoveu o conhecimento do tema de forma contextualizada?. O Quadro 1 demonstra os apontamentos dos estudantes.

Quadro 1 – Percepção dos estudantes sobre a preparação para a Exposição

A pesquisa anteriormente realizada para a preparação da exposição "Conhecer para Preservar":						
QUESTÃO	NÃO CONTRIBUIU	POUCO CONTRIBUIU	MAIS OU MENOS	CONTRIBUIU	CONTRIBUIU MUITO	TOTAL
Aumentou em você o senso de responsabilidade em pesquisar e aprender por conta própria	4,00%	26,00%	42,00%	16,00%	12,00%	100,00%
Estimulou em você a leitura, pesquisa e reflexão crítica sobre as temáticas abordadas	10,00%	20,00%	40,00%	18,00%	12,00%	100,00%
Motivou você a investigar e resolver problemas; desenvolver a habilidade de trabalhar em grupo	6,00%	26,00%	26,00%	26,00%	16,00%	100,00%
Oportunizou o trabalho interdisciplinar	6,00%	20,00%	38,00%	20,00%	16,00%	100,00%
Promoveu o conhecimento do tema de forma contextualizada	4,08%	8,16%	26,53%	40,82%	20,41%	100,00%
Total	30,08%	100,16%	172,53%	120,82%	76,41%	

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Neste bloco de questões, segundo 10% dos estudantes a preparação para a Exposição Conhecer para Preservar não contribuiu para estimulá-los a ler, pesquisar e refletir criticamente sobre a temática.



Por outro lado, para 20,41% dos respondentes, a preparação da Exposição Conhecer para Preservar contribuiu muito na promoção do conhecimento do tema de forma contextualizada.

A preparação para a Exposição para a maioria dos respondentes (42%) contribuiu mais ou menos para aumentar o senso de responsabilidade em pesquisar e aprender por conta própria.

4.2 Percepção dos estudantes sobre a exposição conhecer para preservar

Neste bloco de questões as assertivas englobaram os seguintes questionamentos sobre a Exposição Conhecer para Preservar:

- Oportunizou a socialização os resultados das pesquisas e das experiências vivenciadas com a comunidade acadêmica;
- Oportunizou o trabalho interdisciplinar;
- Forneceu informações sobre a dengue, zyka e chicungunya à comunidade acadêmica;
- Identificou políticas governamentais e práticas organizacionais para controle da dengue, zyka e chicungunya;
- Desenvolveu ação de mobilização socioeducativa para o controle do mosquito vetor da dengue, zyka e chicungunya nos visitantes da Exposição;
- Identificou falhas humanas e as consequências do acidente ambiental provocado pela mineradora em Mariana/MG;
- Identificou medidas tomadas pelos órgãos governamentais em relação ao impacto ambiental causado pela mineradora;
- Desenvolveu ação de mobilização socioeducativa baseada no problema ambiental causado pela mineradora aos visitantes da Exposição.

O Quadro 2 demonstra os apontamentos dos estudantes.



Quadro 2 – Percepção dos estudantes sobre a Exposição Conhecer para Preservar

A Exposição "Conhecer para Preservar":						
QUESTÃO	NÃO CONTRIBUIU	POUCO CONTRIBUIU	MAIS OU MENOS	CONTRIBUIU	CONTRIBUIU MUITO	TOTAL
Oportunizou a socialização os resultados das pesquisas e das experiências vivenciadas com a comunidade acadêmica	4,00%	12,00%	30,00%	38,00%	16,00%	100,00%
Oportunizou o trabalho interdisciplinar	2,08%	18,75%	31,25%	35,42%	12,50%	100,00%
Forneceu informações sobre a dengue, zyka e chicungunya à comunidade acadêmica	0,00%	4,08%	12,25%	32,65%	51,02%	100,00%
Identificou políticas governamentais e práticas organizacionais para controle da dengue, zyka e chicungunya	0,00%	10,20%	26,53%	40,82%	22,45%	100,00%
Desenvolveu ação de mobilização socioeducativa para o controle do mosquito vetor da dengue, zyka e chicungunya nos visitantes da Exposição	2,04%	8,16%	26,53%	46,94%	16,33%	100,00%
Identificou falhas humanas e as consequências do acidente ambiental provocado pela mineradora em Mariana/MG	0,00%	2,00%	20,00%	38,00%	40,00%	100,00%
Identificou medidas tomadas pelos órgãos governamentais em relação ao impacto ambiental causado pela mineradora	0,00%	10,00%	22,00%	48,00%	20,00%	100,00%
Desenvolveu ação de mobilização sócioeducativa baseada no problema ambiental causado pela mineradora aos visitantes da Exposição	0,00%	22,00%	26,00%	32,00%	20,00%	100,00%
Total	8,12%	87,19%	194,56%	311,83%	198,30%	

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Neste bloco de questões, na opinião de apenas 4% dos estudantes a Exposição Conhecer para Preservar não contribuiu para a socialização os resultados das pesquisas e das experiências vivenciadas com a comunidade acadêmica, ao passo que 51,02% dos respondentes afirmaram que a Exposição contribuiu muito fornecendo informações sobre a dengue, zyka e chicungunya à comunidade acadêmica.

4.3 Avaliação dos resultados da atividade prática específica em relação ao perfil desejado para o egresso

Neste bloco de questões, as assertivas envolveram o conjunto de atividades propostas na APE e na Exposição Conhecer para Preservar e as contribuições para o alcance do perfil do egresso prescrito no Projeto Pedagógico do Curso, especialmente no que diz respeito a:

- Saber apresentar, transferir, receber e analisar informações;
- Saber expor e defender ponto de vista técnico-científico, sob forma verbal, escrita ou visual;
- Ter capacidade de enfrentar desafios;
- Ser criativo no sentido de apresentar soluções alternativas;
- Relacionar-se com outros grupos, profissionais ou não;



- Exercer liderança;
- Saber ordenar e delegar tarefas em equipes multidisciplinares;
- Agir com ética e responsabilidade social e assumir papel de agente

transformador com pleno exercício profissional e de cidadania.

O Quadro 3 demonstra os apontamentos dos estudantes.

Quadro 3 – Percepção dos estudantes sobre as atividades e o perfil do egresso

Para responder este item reflita sobre o conjunto de atividades propostas na APE e na Exposição Conhecer para Preservar e as contribuições para o alcance do perfil do egresso prescrito no Projeto Pedagógico do Curso, especialmente no que diz respeito:						
QUESTÃO	NÃO CONTRIBUIU	POUCO CONTRIBUIU	MAIS OU MENOS	CONTRIBUIU	CONTRIBUIU MUITO	TOTAL
Saber apresentar, transferir, receber e analisar informações	0,00%	4,00%	28,00%	42,00%	26,00%	100,00%
Saber expor e defender ponto de vista técnico-científico, sob forma verbal, escrita ou visual;	2,00%	6,00%	44,00%	38,00%	10,00%	100,00%
Ter capacidade de enfrentar desafios	4,00%	6,00%	34,00%	34,00%	22,00%	100,00%
Ser criativo no sentido de apresentar soluções alternativas	0,00%	10,00%	28,00%	36,00%	26,00%	100,00%
Relacionar-se com outros grupos, profissionais ou não	4,00%	10,00%	34,00%	32,00%	20,00%	100,00%
Exercer liderança	6,00%	14,00%	40,00%	30,00%	10,00%	100,00%
Saber ordenar e delegar tarefas em equipes multidisciplinares	2,00%	12,00%	44,00%	24,00%	18,00%	100,00%
Agir com ética e responsabilidade social e assumir papel de agente transformador com pleno exercício profissional e de cidadania	0,00%	6,00%	16,00%	42,00%	36,00%	100,00%
Total	18,00%	68,00%	268,00%	278,00%	168,00%	

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Neste bloco de questões, que envolveu a preparação para a Exposição (APE), a Exposição dos trabalhos à comunidade acadêmica e o perfil desejado para o egresso, apenas 6% dos estudantes mencionaram que as atividades não contribuíram para o exercício de liderança.

Para 36% dos respondentes agir com ética e responsabilidade social e assumir papel de agente transformador com pleno exercício profissional e de cidadania foi a capacidade elencada no perfil do egresso que obteve maior contribuição com as atividades realizadas.

O maior número de respondentes afirmou que as atividades contribuíram mais ou menos para expor e defender ponto de vista técnico-científico, sob forma verbal, escrita ou visual e ordenar e delegar tarefas em equipes multidisciplinares (44% cada).

4 CONCLUSÃO

As questões ambientais vêm gradativamente sendo inseridas no cotidiano das organizações. As empresas estão se conscientizando da sua responsabilidade social por conta da quebra de fronteiras que oportuniza o avanço aos novos mercados, as



exigências legais e as reivindicações da própria sociedade (*stakeholders*). Essa postura empresarial, perante as questões socioambientais, implica em investimentos e/ou despesas, muitas vezes, de grande vulto, fato que potencializa a necessidade de planejamento e gerenciamento de custos, otimização de recursos e estratégias competitivas.

Nas Universidades o tema encontra terreno fértil na medida em que o conhecimento e a compreensão do entorno torna-se *mister* para a ensino contemporâneo.

Para o Contador, que tem como principal função fornecer informações para o processo de tomada de decisão e formular estratégias mediante análises de cenários, a visão holística das diversas atividades da empresa e como elas se integram com a comunidade torna-se imprescindível.

Portanto, abordar a temática Responsabilidade Social Corporativa inserida como componente curricular da graduação do bacharel em Ciências Contábeis é, pois, um fator diferencial do futuro contador.

Neste cenário encontra-se o Curso de Ciências Contábeis da UNESC, no qual a proposta de abordagem do conteúdo Responsabilidade Social Corporativa durante o primeiro semestre de 2016 relatada neste estudo na disciplina Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social (4ª fase) teve como método de ensino o *Problem-Based-Learning* (PBL).

Para o desenvolvimento da atividade buscou-se aporte em Soares; Araújo e Leal (2012) os quais colocam a metodologia ativa PBL, como facilitadora da reflexão da práxis pelo docente e ao estudante, a capacidade de aprender a aprender desenvolvendo sua autonomia, criticidade e uma aprendizagem duradoura.

O projeto **Conhecer para Preservar: O estudante protagonista da sua história por meio do ensino, pesquisa e extensão** objetivou promover ações socioeducativas que oportunizassem mudanças comportamentais da comunidade acadêmica. Iniciou com a apresentação de dois problemas: 1) o mosquito transmissor da dengue, zyka e chicungunya; e, 2) os impactos ambientais causados pelo acidente na mineradora em Minas Gerais. Posteriormente, foram esclarecidos alguns termos desconhecidos; houve discussão sobre os problemas propostos; a definição das responsabilidades de cada membro da equipe; os prazos e fontes de pesquisa; identificação de iniciativas de combate ao mosquito da dengue, zyka e chicungunya;



identificação de medidas preventivas para impacto ambiental; a operacionalização da Exposição Conhecer para Preservar e, por fim, avaliação do processo.

Os resultados esperados com o desenvolvimento desta proposta consistiam em: a) aumentar o senso de responsabilidade do estudante em pesquisar e aprender por conta própria; b) estimular a leitura, pesquisa e reflexão crítica sobre as temáticas abordadas; c) motivar a investigação e a resolução de problemas; d) desenvolver a habilidade de trabalhar em grupo; e) oportunizar o trabalho interdisciplinaridade; f) promover o conhecimento do tema de forma contextualizada; g) socializar os resultados das pesquisas e das experiências vivenciadas com a comunidade acadêmica. Além de oportunizar o alcance do perfil do egresso prescrito no Projeto Pedagógico do Curso.

A avaliação das atividades pelos estudantes, desde a preparação até a Exposição e sua relação com o perfil do egresso foi positiva. Na opinião dos respondentes, o item mais apontado como de contribuição na preparação para a Exposição foi a promoção do conhecimento de forma contextualizada (40,82%). Em relação a Exposição Conhecer para Preservar a assertiva mais assinalada pelos estudantes que contribui muito com o alcance dos objetivos foi o fornecimento de Informações sobre dengue, zika e chicungunya (51,02%), seguida da identificação de medidas tomadas pelos órgãos governamentais em relação ao impacto ambiental causado pela mineradora (48%). No que tange ao perfil desejado pelo Curso aos egressos as alternativas: saber apresentar, transferir, receber e analisar informações e agir com ética e responsabilidade social e assumir papel de agente transformador com pleno exercício profissional e de cidadania, foram as mais desenvolvidas, na opinião de 42% dos estudantes.

Por fim, como este artigo tem por objetivo refletir sobre a metodologia e as práticas desenvolvidas na realização da APE e tomando por base as colocações de Soares; Araújo e Leal (2012) sobre a metodologia ativa PBL que possibilita ao professor refletir sobre sua práxis e qualificar sua atuação, pode-se dizer que o escopo proposto foi alcançado. Não apenas, por conta das respostas positivas dos estudantes ao questionário de pesquisa, mas, principalmente, pelo sentimento dos professores durante o semestre: expectativa, envolvimento, interesse, debates, aflorar de lideranças, iniciativas, contatos com terceiros, postura proativa, cuidado com a escolha do traje para a exposição, a transformação da sala de aula, a acolhida aos visitantes, os discursos veementes, a



preocupação com a limpeza posteriormente a Exposição e o rosto de felicidade depois do dever cumprido.

Todos esses sentimentos se materializam em um retorno espontâneo, como o depoimento de um estudante, escrito no final do instrumento após concluir o questionário, formulado estritamente com perguntas fechadas: “A interação com colegas e a curiosidade em saber sobre temas sociais foi uma excelente oportunidade. Foi com grande prazer que fiz parte desse projeto!”. Logo, satisfação maior não há.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BEUREN, Ilse Maria. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. ampl. e atual São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 10/2004, de 16 de dezembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. 2004b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2016.

CITTADIN, Andréia; GUIMARÃES, Milla Lúcia Ferreira; GIASSI, Dourival. Demandas para a formação do contador: do ensino à pesquisa e extensão – a trajetória do Curso de Ciências Contábeis da UNESC. In: CITTADIN, Andréia; GUIMARÃES, Milla Lúcia Ferreira; GIASSI, Dourival (Org). **Saberes Contábeis**. v. 1. Curitiba: Multideia, 2015, p. 13-34.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SOARES, Mara Alves; ARAÚJO, Adriana Maria Procópio de; LEAL, Edvalda Araújo. Evidências empíricas da Aplicação do Método Problem-Based Learning (PBL) na disciplina de Contabilidade Intermediária do Curso de Ciências Contábeis. In: COIMBRA, Camila, Lima (Org). **Didática para o ensino nas áreas de administração e ciências contábeis**. São Paulo: Atlas, 2012, p. 74-92.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

UNESC. **Projeto Político Pedagógico**. 2016. Disponível em: <<http://www.unesc.net/portal/resources/documentosoficiais/4475.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

Trabalho Completo de Pesquisa

13441 - PERÍCIA CONTÁBIL: OS MEIOS DE PROVA E SUA INFLUÊNCIA NA DECISÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS TRABALHISTAS DA COMARCA DE CRICIÚMA/SC

Cláudia Neubert Savóis¹, Leonel Luiz Pereira²

¹Bacharel em Ciências Contábeis, UNESC. claudianeubertsav@hotmail.com

²Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico, UNESC. leonel@unesc.net

Resumo: A perícia contábil é o conjunto de procedimentos que visa apresentar a verdade dos fatos em que consistem o litígio, visando dar sustentação a decisão jurídica. Para que se possa embasar os fatos ocorridos, a perícia necessita da apresentação de provas que possam justificar a decisão, sendo trazidas ao processo pelo perito por meio do laudo pericial. O objetivo deste estudo é de evidenciar a influência que possuem as provas periciais contábeis na decisão dos processos trabalhistas, descrevendo os meios de provas utilizados, conhecendo os procedimentos para obtenção de provas consistentes e identificando a relevância do trabalho do perito para a resolução do litígio. Para destacar a importância das provas elencadas pelos peritos em processos trabalhistas foi realizada uma pesquisa com os peritos e magistrados que atuam nas varas do Trabalho de Criciúma, por meio de questionário composto por questões abertas e fechadas enviadas aos profissionais atuantes nas varas. Deste modo, a pesquisa é descritiva e se classifica como levantamento de dados, visto que obteve-se os dados para análise por meio de questionários. A partir deste estudo foi possível evidenciar que os meios de provas mais utilizados no âmbito da justiça do trabalho de Criciúma são as provas documentais e cálculos de liquidação, e que é de grande importância a atuação do perito para a decisão do processo, bem como a elaboração de um trabalho claro e objetivo, facilitando assim a interpretação do magistrado.

Palavras-chave: Perícia Contábil. Provas Periciais. Decisão.

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade é uma ciência social aplicada, que possui diversas áreas de atuação para o profissional, entre elas, destaca-se a Perícia Contábil. A qual possui grande amplitude de trabalho para o profissional perito contador.

Quanto à espécie, as perícias podem ser judiciais, extrajudiciais, semi-judiciais, arbitrais, administrativas e especiais. A perícia contábil judicial é um instrumento utilizado em busca do esclarecimento da verdade em relação ao debate principiado entre as partes de um processo judicial.

É realizada com o objetivo de auxiliar os magistrados na emissão da decisão processual, por meio da confecção do laudo pericial baseado na obtenção de provas



materiais e imateriais que visam convencer o indivíduo acerca da verdade ou da ausência da mesma (ZANNA, 2007).

Sendo assim, a perícia necessita de provas que possam comprovar o que será transcrito em laudo pericial. Portanto, a finalidade da perícia contábil judicial é sempre de obter prova competente para auxiliar na resolução de litígios, que possua bases consistentes e verdadeiras. Visa dar sustentação a uma força maior que se refere a sentença proferida pelo juiz, fundamentada em uma opinião, por meio do laudo pericial sobre os fatos decorrentes da demanda judicial (HOOG, 2012).

O objetivo deste estudo é identificar a influência da prova pericial contábil na decisão de processos judiciais trabalhistas da Comarca de Criciúma/SC.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção abordará a contextualização do tema em estudo. Inicialmente conceitua-se a perícia contábil, a obtenção da prova pericial e os principais meios de prova relatando a importância da perícia contábil nas decisões judiciais, principalmente nos processos trabalhistas e a importância das provas periciais.

2.1 PERÍCIA CONTÁBIL: CONCEITO E OBJETIVO

A perícia contábil visa reconhecer os fatos ligados a obtenção da verdade, por meio de procedimentos que possibilitam elencar os elementos comprobatórios, para dar sustentação a decisão.

Segundo Sá (2012, p.265) "a perícia contábil é uma verificação dos fenômenos ligados à riqueza patrimonial das empresas e instituições, com o objetivo de emitir uma opinião, mediante a questão proposta."

Conforme apresenta a NBC TP 01, o conceito de perícia:

13.1.1 A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinado a levar a instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio, mediante laudo pericial contábil, e ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a elaboração específica no que for pertinente.



Magalhães *et al.* (2001) afirma ainda que a perícia, abordada de modo amplo, se refere a uma natureza específica, que possui profundidade em sua execução. Sendo assim, abrange qualquer área científica que possua uma questão a ser estudada de modo detalhado.

Portanto, a perícia é entendida como um exame dos fatos, que exige conhecimento técnico para sua elaboração, sendo o mecanismo esclarecedor das questões tratadas nos litígios, apresentando a realidade dos acontecimentos.

Dessa forma, destaca-se que o principal objetivo da perícia é justificar os fatos existentes, para que o julgador do ato possa ter embasamento para apresentar sua solução.

Sá (2012, p.265) diz que a finalidade da perícia é "produzir orientação sobre decisão ou entendimento de fatos, oferecendo força de prova ou convicção sobre acontecimentos ocorridos ou por ocorrer, em relação à riqueza individualizada."

Conforme as ideias do mesmo autor, são realizadas observações, exames, levantamentos ou quaisquer meios que se façam necessários para obter qualidade e confiabilidade do parecer, apresentando a veracidade dos fatos que irão constar no laudo pericial.

2.2 PROVA PERICIAL

A obtenção de provas periciais é fundamental para elaboração da perícia, pois embasará o laudo pericial. Cabral (2000, p. 48) afirma que "a prova pericial é uma verdadeira bússola para o juiz. Alguns advogados costumam atribuir à prova pericial a razão da morosidade no desfecho da ação." Assim, pode-se observar a importância da obtenção de provas para o processo.

Segundo Hoog (2008) a prova pericial é considerada a rainha da verdade, pois possui habilidade suficiente para confirmar os fatos da inicial ou da contestação. A prova é a forma de convencer o julgador e os litigantes da existência da verdade.

A prova é algo material ou imaterial, por meio da qual o indivíduo se convence a respeito de uma verdade ou de sua ausência. A prova válida é a maneira pela qual cada um de nós atinge a certeza do que seja verdade ou não verdade, aceitável ou inaceitável em certo momento, segundo certas circunstâncias (metodologia) e em determinado local. Por isso, excluídas as questões de fé, o conhecimento da verdade depende do método de investigação aplicado em cada caso. Como consequência, temos que métodos mais adequados e mais inteligentes de



investigação conduzem o perito a conclusões mais precisas, mais críveis e mais verdadeiras. (ZANNA, 2007, p.55)

Sendo assim, evidencia-se que a prova é a base da elaboração da perícia, sendo a confirmação dos fatos, a verdade absoluta, a forma mais pura de chegar a uma decisão judicial.

A prova pericial contábil possui aspectos essenciais quanto a sua formação, visando atender de forma completa o objeto da ação e trazer confiabilidade para a decisão.

D'auria (1962) apud Pires(2003)elenca os seguintes aspectos quanto a essencialidade das provas:

- Limitação da matéria;
- Pronunciamento adstrito às questões propostas;
- Meticuloso e eficiente exame do campo prefixado;
- Escrupulosa referência a matéria periciada;
- Imparcialidade absoluta de pronunciamento.

O autor afirma que por vezes, o perito se depara com questões propostas pelas partes que extrapolam o nexo causal, em que o perito identifica tal situação quando limita a matéria a ser periciada. No entanto, o perito não se pode deixar influenciar pelo pólo ativo ou passivo¹, deve se ater a averiguação proposta pelo magistrado.

Pires (2003) afirma que a produção de provas deve ser meticulosa, pois deve traçar as normas técnico-científicas a serem avaliadas para se chegar a verdade dos fatos, tendo assim, o máximo cuidado na busca de evidências da matéria em discussão.

Ou seja, a prova deve ter caráter objetivo, sucinto, claro, limitando a responder aos questionamentos elencados no processo, sem que haja possibilidade de ambiguidade na interpretação.

Os meios de prova são utilizados para que se possa afirmar os acontecimentos sem a emissão de juízo de valor, ou seja, quando há comprovação dos fatos não há mais o que discutir.

"Prova é tudo que nos convence de certeza de um fato ou de uma circunstância ou da qualidade de algo." (ZANNA, 2007, p. 57). O autor afirma que a prova

¹Polo Ativo: é a parte da autora do processo, ou seja, quem dá início a ação. Polo Passivo: é quem sofre a ação, ou seja, o réu.



constitui a alma do processo, ou ainda a luz que vem esclarecer a dúvida, e cita como meios de provas materiais aceitos no processo como: documentos, cálculos, confissão, pareceres técnicos entre outros.

Cabral (2000) destaca que as provas pelas quais irão guiar a decisão judicial, podem obedecer um certo predomínio em sua eficácia, obedecendo a seguinte hierarquia de provas: 1º Prova Legal, 2º Confissão, 3º Prova pericial indispensável, 4º Prova Documental, 5º Prova testemunhal e 6º Prova por indícios e presunções.

O Código de Processo Civil de 2015 destaca as provas periciais aceitas em seu Art.464. “A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação.” Zanna (2007) aponta que o exame consiste em examinar livros, documentos, contratos, cálculos e quaisquer atos praticados pelas partes envolvidas no processo, já a vistoria, consiste na verificação in loco da situação de algo ou algum bem envolvido na ação, e a avaliação se aplica na no ato de atribuir valor a algo, como por exemplo dívidas ou bens.

Os principais meios de provas estão dispostos no CPC, como se observa a seguir:

Art. 435. É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos. [...]

Art. 442. A prova testemunhal é sempre admissível, não dispondo a lei de modo diverso.[...]

Art. 472. O juiz poderá dispensar prova pericial quando as partes, na inicial e na contestação, apresentarem, sobre as questões de fato, pareceres técnicos ou documentos elucidativos que considerar suficientes.[...]

Art. 510. Na liquidação por arbitramento, o juiz intimará as partes para a apresentação de pareceres ou documentos elucidativos, no prazo que fixar, e, caso não possa decidir de plano, nomeará perito, observando-se, no que couber, o procedimento da prova pericial.[...](CPC, 2015).

Destaca-se também as provas periciais conforme a NBC TP 01. no item 16:

16. Os procedimentos periciais contábeis visam fundamentar o laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil e abrangem, total ou parcialmente, segundo a natureza e a complexidade da matéria, exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação.

17. O exame é a análise de livros, registros de transações e documentos.

18. A vistoria é a diligência que objetiva a verificação e a constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial.

19. A indagação é a busca de informações mediante entrevista com conhecedores do objeto ou de fato relacionado à perícia.

20. A investigação é a pesquisa que busca trazer ao laudo pericial contábil ou parecer técnico-contábil o que está oculto por quaisquer circunstâncias.

21. O arbitramento é a determinação de valores, quantidades ou a solução de controvérsia por critério técnico-científico.



22. A mensuração é o ato de qualificação e quantificação física de coisas, bens, direitos e obrigações.
23. A avaliação é o ato de estabelecer o valor de coisas, bens, direitos, obrigações, despesas e receitas.
24. A certificação é o ato de atestar a informação trazida ao laudo ou ao parecer pelo perito.
25. Concluídos os trabalhos periciais, o perito do juízo apresentará laudo pericial contábil e o perito-assistente oferecerá, querendo, seu parecer técnico-contábil, obedecendo aos respectivos prazos.

Deste modo, é possível evidenciar que existem diversos meios para produzir a prova pericial, de modo a apresentar a verdade ou a ausência da mesma, para que seja possível permitir que o juiz tenha uma decisão justa com base nas provas apresentadas pelo perito.

As provas periciais podem ser obtidas por meio de vários procedimentos, como exames, vistorias ou quaisquer outros métodos que o perito entenda que faça necessário para que se obtenham as provas.

A obtenção de provas é apoiada em investigação de fatos cujos documentos não estejam plenamente elucidativos. É um trabalho de campo feito normalmente fora dos autos e em forma de diligências. Esse esforço investigativo pode resultar na elucidação de dúvidas sobre provas acostadas nos autos ou na obtenção de outras cujas declarações dos fatos ainda não estejam nos autos, porém com valor probante. (MAGALHÃES; LUNKES, 2008, p.42).

Deste modo, entende-se que o perito deve agir como um investigador no que se refere a obtenção de provas, tendo que ir em busca da prova que sustenta a sua perícia, em alguns casos, necessitando até de mandados judiciais, para coletar determinadas informações.

Além dos aspectos essenciais à prova pericial, é necessário que o perito esteja atento a qualidade com que estas estão sendo apresentadas aos autos, visto que o juiz depende da qualificação técnica da prova para basear sua decisão.

Conforme destaca Pires (2003, p. 16), “os requisitos que devem ser considerados como necessários para um bom trabalho pericial também são devidos nas respostas elaboradas para as arguições apresentadas ou mesmo para as conclusões desenvolvidas pelo Perito.” Ou seja, o laudo deve apresentar as provas fundamentadas tecnicamente ou cientificamente, para que o trabalho do perito seja considerado como válido.



Desta forma, Pires (2003) destaca as seguintes qualificações que devem conter a apresentação da prova pericial:

- Objetividade
- Rigor Técnico
- Concisão
- Argumentação
- Exatidão
- Clareza

As qualidades elencadas pelo autor tem o objetivo de tornar o trabalho do perito confiável e de fácil compreensão, visto que quem irá interpretar o laudo nem sempre será conhecedor da matéria ensejada.

2.3 PERÍCIA TRABALHISTA

Devido ao desenvolvimento dos direitos trabalhistas, a procura pela justiça para resolver litígios entre empregadores e empregados, tem possibilitado cada vez mais o desenvolvimento do trabalho do perito na esfera trabalhista.

Conforme aponta Zanna (2007) a perícia, em matéria trabalhista, lida com dois atores, o primeiro é o empregado, que na maioria dos processos apresenta-se como o reclamante da ação, e o empregador que geralmente é o que figura como reclamado. Nesse contexto, o autor descreve que o empregador, pelo dever de manter registros contábeis que se referem a sua atividade, é visto como organizado, já o empregado que geralmente não mantém registros pessoais que possam lhe servir de provas em processos trabalhistas, é visto como a figura desorganizada.

Magalhães e Lunkes (2008) apontam que a fase introdutória da perícia trabalhista é o momento em que os litigantes produzem as provas, que podem vir a ser documentais, testemunhais ou periciais, nesta fase o juiz investiga as possibilidades de encontrar as verdades dos fatos.

Os autores descrevem ainda que se não houver conciliação na fase introdutória, o processo segue adiante, onde o juiz pode solicitar a atuação do perito para verificar as informações técnicas e científicas que fogem a sua competência. Deste modo, o perito torna-se o responsável para buscar as informações pertinentes ao seu trabalho, e



posteriormente apresentá-lo em laudo pericial, para que o magistrado tome sua decisão baseado na luz da verdade.

Segundo Zanna (2007, p. 406):

[...] cabe ao perito buscar na documentação e na escrituração contábil do mesmo as informações necessárias para cumprimento de sua missão. No caso de o Empregador não dispor dos documentos e registros contábeis com base nos quais o perito possa atuar profissionalmente, ou na hipótese de lhe serem sonegadas tais informações, presume-se que tudo aquilo que o Empregado afirmou nos autos do processo, é verdadeiro.

Portanto, é possível afirmar que em caso de dúvidas nos litígios trabalhistas, o empregado, tido como parte menos favorecida, terá decisão judicial a proferida em seu favor, ou seja, a ausência de provas no processo favorece o que é relatado pelo empregado.

As principais causas que levam empregado e empregador a instância judicial são: a jornada normal de trabalho, a jornada especial de trabalho, horas extras, trabalho noturno, adicionais de insalubridade e periculosidade, comissões, férias e 13º salário, FGTS, descontos e verbas rescisórias (ZANNA, 2007, p. 407).

Dessa forma, entende-se que o perito contador é o profissional mais preparado para realizar a perícia trabalhista, por compreender as matérias pelas quais geralmente abrangem o processo e possuir capacidade técnica para buscar as provas necessárias.

O perito contador tem o papel de apresentar os meios que levam a resolução do processo em matéria trabalhista, devendo apresentar material que comprovem os fatos, e em alguns casos, efetuar cálculos para liquidação de sentença.

Zanna (2007) afirma que para atuação do perito nas ações trabalhistas é desejável que além de conhecimento técnico nas matérias pertinentes, como folha de pagamento, rescisões, horas extras, etc., tenha também atuado no setor Pessoal ou tenha ainda experiência com o Direito do Trabalho.

O autor ainda relata que o perito deve apresentar, em processo trabalhista, valores monetários que quantifiquem o valor dos direitos sentenciados, e que estes cálculos devem ser claros, simples e fáceis de serem compreendidos. Espera-se ainda que o perito junte aos autos os documentos que possam fundamentar os cálculos apresentados, até porque apenas a apresentação de prova documental sem que haja a



definição dos cálculos não é suficiente, sendo que por vezes não poderia vir a suprir a necessidade de decisão do magistrado.

Sendo assim, se deve a atuação do perito contador, a possibilidade de resolução do litígio em matéria trabalhista, trazendo precisão e fundamentação para a decisão do processo.

3 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

A metodologia consiste em procedimentos utilizados para se atingir os objetivos de pesquisa, é responsável por apresentar os caminhos a serem seguidos, ou seja, uma programação para chegar aos resultados da problemática propostas.

No que se refere à análise dos dados utiliza-se abordagem qualitativa, pois visa analisar a ocorrência dos fatos e compreender os procedimentos que envolvem a finalidade dos acontecimentos. Sendo assim, foram analisados até que ponto e de que forma as provas periciais influenciam na decisão do magistrado.

Em relação aos objetivos, este estudo caracteriza-se como descritivo, pois conforme afirma, Andrade (2007), a pesquisa descritiva é responsável por observar, registrar, analisar, classificar, interpretar os fatos, sem que o pesquisador possa interferir na transcrição dos fatos, ou seja, ocorre quando o pesquisador se propõe a estudar os acontecimentos, porém não tem o objetivo de manipulá-los.

Quanto aos procedimentos, utilizou-se os métodos de levantamento. Este será utilizado pelo uso de questionário para coleta de dados referente ao estudo.

O diagnóstico da questão de pesquisa adveio da aplicação de questionários, composto por questões abertas e fechadas, aplicadas aos peritos e magistrados das 4 Varas do Trabalho de Criciúma, buscando verificar a importância que possui a prova pericial na elaboração da decisão.

O primeiro questionário composto por 12 questões, foi aplicado com os magistrados titulares das 4 Varas de Criciúma. Destes foram obtidas respostas apenas na 4ª Vara, visto que a 3ª Vara está sem juiz atualmente utilizando assim os juízes das demais varas, a 1ª e 2ª Vara negaram a resposta ao questionário.

O segundo questionário composto por 9 questões, foi aplicado com os 14 peritos contábeis que atuam nas 4 Varas do Trabalho de Criciúma, destes foram obtidas respostas de 7 peritos. Sabe-se que pela amostra da pesquisa (14), a metodologia



utilizada (Fórmula de Barbetta), aponta que seria necessária a totalidade da amostra, porém o retorno das respostas foram apenas aquelas já informadas. Deste modo, a limitação da pesquisa se deve ao fato do reduzido números de questionários respondidos.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

O presente estudo teve como objetivo verificar a importância dos meios de provas utilizadas pelos peritos para apresentação do laudo, e a sua influência nas decisões dos processos trabalhistas da Comarca de Criciúma/SC. Sendo assim, elaborou-se dois questionários que foram aplicados com os profissionais que atuam nas varas do trabalho de Criciúma.

O primeiro questionário enviado aos 4 magistrados que atuam nas 4 varas do trabalho de Criciúma, tem o intuito de evidenciar alguns dados da Vara e verificar a importância da prova pericial contábil na visão dos magistrados, tendo em vista que foram obtidos somente os dados da 4ª Vara do trabalho, obtendo as respostas de apenas um magistrado.

Conforme dados coletados, a 4ª Vara do Trabalho possui atualmente 2986 (dois mil novecentos e oitenta e seis) processos. Os magistrados foram questionados a respeito de quanto destes processos é necessária a atuação do perito e quantos deles vão para a fase em que se utiliza os procedimentos para obtenção de provas, onde os juizes apontaram que não há previsão, pois na fase de conhecimento são poucos os processos que são solicitados a atuação do perito, porém, na fase de liquidação de sentença para elaboração de cálculos, a atuação dos peritos é mais comum.

Quando questionados a respeito de quais critérios são utilizados na escolha do perito, os mesmos apontaram como qualificação e confiança entre os principais quesitos para a seleção, conforme indicado pela fundamentação teórica, em que relata que o perito deve ter condições legais e tecno-científicas, além de obter a confiança do juízo. E, quanto ao nível de conhecimento técnico-científico dos peritos contábeis da região, os magistrados indicaram que os profissionais possuem um ótimo nível de conhecimento, afirmando ainda que os mesmos estão devidamente preparados para a fase de levantamento de provas, e que as provas apresentadas são bem sustentadas pelo perito.

Os magistrados apontaram que os meios de prova mais utilizados para o desfecho do processo são as provas documentais e testemunhais, conforme indicado na



fundamentação teórica, relataram ainda, quando indagados sobre quantas decisões possuem por base as provas apresentadas pela perícia, que também na fase de conhecimento são poucos processos, e que em regra geral os peritos atuam na fase da liquidação de sentença, onde se faz necessária a apresentação dos cálculos, apontando ainda que o trabalho e as provas apresentadas pelos profissionais de perícia são claras e objetivas, facilitando assim a instância decisória.

Em relação ao segundo questionário que foi aplicado aos peritos que atuam nas Varas do Trabalho de Criciúma, verifica-se que a maioria dos peritos realiza mais de 15 perícias no período de 12 meses, no entanto, menos de 5 são necessárias realizar diligências na busca de provas, demonstrando justamente que o trabalho do perito é mais utilizado nos cálculos de liquidação.

Questionados a respeito das dificuldades encontradas na busca da prova pericial, 50% dos peritos apontaram como a principal dificuldade os documentos e informações omissas, seguida do percentual de 30% que relataram como barreiras criadas pela reclamada, 10% aponta a falta de conhecimento técnico sobre o assunto, e o restante aponta como outras dificuldades. Conforme quadro a seguir:

Quadro 1: Principais dificuldades encontradas na busca da prova pericial

Falta de conhecimento técnico sobre o assunto	1
Solicitar documentos a terceiros que não possuem interesse no processo	
Documentos e informações omissos	5
Veracidade das informações obtidas e sua averiguação	
Barreiras criadas pela reclamada.	3
Outras dificuldades	1

Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

Desse modo, é possível evidenciar que as maiores dificuldades para o perito é buscar as provas que não estão explícitas ao processo, ou seja, realizar uma investigação para que a perícia apresente os resultados verídicos.

Em relação aos tipos de provas mais utilizados nos processos, os peritos apontaram que 60% dos casos se utilizam de provas documentais, 20% de cálculos, 10% de provas testemunhais e 10% se utilizam de pareceres técnicos.

Quadro 2: Tipos de provas mais utilizadas nos processos trabalhistas

Documental	6
------------	---



Testemunhal	1
Cálculos	2
Pareceres Técnicos	1
Outros	

Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

Assim, é possível evidenciar que a documentação apresentada é o principal fator para desfecho dos processos.

Esta questão, quando comparada com o terceiro questionamento, reafirma como principal dificuldade, a obtenção dos documentos e informações, visto que são os meios de provas mais utilizados pela perícia.

Quando questionados a respeito do aceite de suas provas apresentadas ao juiz, todos os peritos apontaram que suas provas elencadas foram aceitas pelo magistrado, porém elencaram como possíveis dificuldades no aceite de provas, a falta de conhecimento técnico do perito, a falta de embasamento para apresentar a prova, falta de clareza de ideias entre outras.

Comparando esta questão com os questionamentos realizados aos magistrados, é possível evidenciar que embora os peritos tenham apontado como possíveis dificuldades no aceite de provas, os magistrados apontaram que as provas são bem sustentadas pelos peritos e não apontaram nenhuma dificuldade em aceitar as provas elencadas.

Ao serem questionados, se os profissionais de perícia já atuaram em processos em que o magistrado não se utilizou das provas apresentadas pelo perito, 100% indica que não atuou em nenhum processo que houvesse a ocorrência, desta forma evidencia-se que embora o juiz possa não utilizar as provas apresentadas pela perícia, é uma situação rara, tendo em vista a importância da perícia para a solução apresentada pelo juiz.

Quando questionados sobre o que acontece quando as provas trazidas aos autos não são suficientes para a resolução do processo, 50% dos peritos apontaram que recebem uma nova diligência para busca de provas, 38% relata que o juiz declara decisão parcial com base no que tem em mãos e 12% indica que o magistrado nomeia outro perito para busca de provas.

Quadro 3: Quando as provas trazidas aos autos não são suficientes



O perito recebe uma nova diligência para busca de provas	4
O magistrado nomeia outro perito para busca de provas	1
O juiz declara decisão parcial com base no que tem em mãos	3

Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

Desta forma é possível evidenciar este tipo de situação ocorre quando o perito não possui qualificação técnica suficiente para embasar a decisão do juiz, fazendo com que tenha que realizar um retrabalho, causando ainda maior morosidade do andamento do processo.

Quanto ao nível de conhecimento sobre a legislação trabalhista dos peritos que atuam na região, 86% apontaram que consideram como um bom nível de conhecimento, e 14% indicou que é considerado satisfatório, dessa forma pode-se perceber que entre os peritos consideram que o nível de conhecimento é regular visto que optaram pelas opções entre bom e satisfatório. Porém, evidencia-se que conforme já citado nas respostas dos magistrados, em que foram questionados quanto ao nível de conhecimento dos peritos, os mesmos qualificaram como ótimo nível de conhecimento, apontando assim, a satisfação dos magistrados com o trabalho dos peritos.

Conforme análise da pesquisa evidencia-se que a muitos dos fatos apontados no estudo, relacionam com as teorias apontadas na fundamentação teórica, como por exemplo, os critérios para escolha do perito em qualificação e confiança, os tipos de provas mais utilizados que consistem nas testemunhais, as dificuldades do perito em encontrar provas que se encontram de forma omissa no processo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo geral identificar a influência da prova pericial contábil na decisão de processos judiciais trabalhistas da Comarca de Criciúma/SC, além de descrever os principais meios de prova utilizados e identificar a relevância do trabalho do contador na obtenção de provas.

A perícia contábil é composta por procedimentos que visam a obtenção da verdade dos fatos, sendo assim, pode-se verificar que para tal é necessário a apresentação de provas que irão embasar a decisão judicial.

A atuação do perito nos processos judiciais é de grande importância, visto que os magistrados não possuem conhecimento técnico-científico sobre todas as áreas em



que divergem as partes, sendo necessária a atuação de um especialista no assunto, no caso, o perito, para garantir que os fatos sejam avaliados de forma confiável, verificando ainda a importância do profissional agir com plena consciência de seus direitos, deveres e penalidades a que está sujeito.

Verifica-se que para embasar a perícia, podem ser utilizados diferentes meios de prova, como por exemplo documentos, testemunhas, pareceres técnicos, cálculos, entre outras, no entanto a pesquisa apresenta que as mais utilizadas são as provas documentais e testemunhais.

A pesquisa ainda evidencia que os magistrados não são obrigados a se ater aos resultados apresentados pelo perito, porém, os juízes que atuam nas varas de Criciúma consideram o trabalho elaborado pelos peritos, claro, objetivo e bem sustentado por meio das provas elencadas.

Desse modo, ainda pode-se afirmar que os objetivos traçados neste estudo foram alcançados, visto que foi possível evidenciar a influência das provas periciais na decisão dos processos, que grande parte desses necessitam do trabalho dos peritos, que por sua vez utilizam de vários meios de prova, demonstra ainda que o perito é requisitado principalmente nos cálculos de liquidação de sentença. Além disso, demonstrou-se a responsabilidade do profissional quanto as informações trazidas ao processo.

Sendo assim, foi possível observar que as provas periciais possuem grande importância para facilitar o trabalho do juiz na resolução do litígio, garantindo que as decisões judiciais sejam bem sustentadas e confiáveis.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a metodologia do trabalho científico**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm> Acesso em 01 de abril de 2016.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. Norma Brasileira de Perícia Contábil – NBC TP 01 de 27 de fevereiro de 2015. Dá nova redação à NBC TP 01 – Perícia Contábil. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/NBCTP01> Acesso em 01 de abril de 2016.

CABRAL, Alberto Franqueira. **Curso de perícia contábil judicial e extrajudicial**.



Unigranrio Editora, 2000.

HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Perdas, Danos e Lucros Cessantes em perícias judiciais**. 4ª ed. Curitiba: Juruá, 2012.

HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Prova pericial contábil: Aspectos práticos e fundamentais**. 6ª Ed. Curitiba: Juruá, 2008.

MAGALHÃES, Antônio de Deus Farias. *et al.* **Perícia Contábil: Uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LUNKES, Irtes Cristina; MAGALHÃES, Antônio de Deus F. **Perícia contábil nos processos cível e trabalhista: o valor informacional da contabilidade para o sistema judiciário**. São Paulo: Atlas, 2008.

PIRES, Marco Antônio Amaral. **Fundamentos da Prova Pericial Contábil**. Boletim IPAT, Ano XII, nº18, maio de 2002. Disponível em: <http://www.peritoscontabeis.com.br/trabalhos/fund_prov_per_contabil.pdf> Acesso em 01 de abril de 2016.

SÁ, Antônio Lopes de. **Fundamentos da Contabilidade Geral: Introdução ao conhecimento prático e doutrinário da ciência contábil moderna**. 4ª ed. Curitiba: Juruá Editora, 2012.

ZANNA, Remo Dalla. **Prática de Perícia Contábil**. 2ª ed. São Paulo: IOB Thomson, 2007.